



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

ATA DA 39ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ

1 Aos cinco dias do mês de dezembro de 2005, no mini-auditório do prédio C, da sede do
2 Arquivo Nacional, na Praça da República nº 173, cidade do Rio de Janeiro, sob a
3 presidência de Jaime Antunes da Silva, Presidente do Conselho Nacional de Arquivos-
4 CONARQ, foi realizada a trigésima nona reunião ordinária do Plenário do CONARQ.
5 Participaram da reunião: representando o Poder Executivo Federal: Manuel Domingos
6 Neto, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico-CNPq (titular) e Francisca
7 Helena Barbosa Lima, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN
8 (suplente); representando o Poder Judiciário Federal: Kathya S. O. Campelo Bezerra, do
9 Supremo Tribunal Federal-STF (titular) e Júlio César Sousa Gomes, do Tribunal
10 Superior Eleitoral-TSE (titular); representando o Poder Legislativo Federal: Antonio
11 Alberto de Carvalho, do Senado Federal (titular) e Lamberto Ricarte Serra Júnior, da
12 Câmara dos Deputados (titular); representando o Arquivo Nacional: Maria Izabel de
13 Oliveira (suplente); representando os Arquivos Públicos Estaduais: Marli Geralda
14 Teixeira, do Arquivo Público do Estado da Bahia (suplente) e Rosani Gorete Ferron, do
15 Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (titular); representando os Arquivos
16 Públicos Municipais: Carlos Roberto Bastos Freitas, do Arquivo Municipal de Campos
17 dos Goytacazes (titular), Ivana Denise Parrela, do Arquivo Público da Cidade de Belo
18 Horizonte (titular) e Lara Simone Rusczyk de Miranda, do Arquivo Público Municipal
19 de Canoas, RS (suplente); representando as Associações de Arquivistas: Ana Maria de
20 Almeida Camargo, da Associação de Arquivistas de São Paulo (titular); representando
21 instituições que congreguem profissionais que atuem nas áreas de ensino, pesquisa,
22 preservação ou acesso a fontes documentais: Ismênia de Lima Martins, da Associação
23 Nacional de História – ANPUH (titular); Célia Maria Leite Costa, do CPDOC da
24 Fundação Getúlio Vargas (titular). Justificaram a ausência: Maria Esperança Resende,
25 do Arquivo Nacional (Brasília), Alzira Alves Abreu, da Sociedade Brasileira para o
26 Progresso da Ciência- SBPC. Secretariou os trabalhos Marilena Leite Paes,

27 coordenadora do CONARQ. O presidente Jaime Antunes da Silva iniciou a reunião com
28 a leitura e comentários sobre a agenda a ser desenvolvida. Em seguida, mencionou as
29 alterações na composição do CONARQ, conforme Portarias da Casa Civil, publicadas
30 no DOU de 2 de dezembro último, referentes à dispensa por término de mandato dos
31 Representantes de Arquivos Públicos Estaduais, Edilane Maria de Almeida Carneiro, do
32 Arquivo Público Mineiro (titular) e José Fernandes de Alencar, do Arquivo do Estado
33 do Mato Grosso (suplente) e da representante das instituições mantenedoras de cursos
34 superiores de Arquivologia, Zeny Duarte, da Universidade Federal da Bahia (suplente).
35 Foram designados respectivamente, Geraldo Mártires Coelho, do Arquivo Público do
36 Estado do Pará (titular), Ieda Pimenta Bernardes, do Arquivo Público do Estado de São
37 Paulo (suplente) e Rubens Ribeiro Gonçalves da Silva da Universidade da Bahia
38 (suplente). O presidente informou sobre o recente pedido de desligamento do
39 Conselheiro Darcy Fontoura de Almeida, da Sociedade Brasileira para o Progresso da
40 Ciência-SBPC, a qual ainda não designou seu substituto. Prosseguindo, colocou em
41 discussão as atas das 37ª e 38ª reuniões do CONARQ. Na ata da 37ª reunião, a
42 conselheira Lara Simone Rusczyk de Miranda solicitou retificação da abreviação de seu
43 sobrenome Rusczyk de L para R (linha 47). Izabel de Oliveira registrou que a redação
44 das linhas 104 e 105 não estava clara, tendo sido a mesma alterada para “Houve redução
45 no universo, na equivalência de termos em idiomas e constatou-se não haver
46 necessidade de elaborar o conceito em francês.” O presidente informou que seria
47 solicitada a colaboração da Srª Silvia Ninita Estevão, coordenadora do Grupo de
48 Trabalho responsável pela elaboração do Dicionário de Terminologia, no sentido de
49 proceder as alterações necessárias no texto. Na ata da 38ª reunião, linha 64, Maria
50 Izabel sugeriu que seja colocado o número da Resolução mencionada, qual seja, nº 17.
51 As atas foram, então, aprovadas com as retificações propostas, inclusive as de grafia e
52 digitação. Em seguida, o presidente informou aos conselheiros sobre o lançamento do
53 Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, lembrando que, conforme ficara
54 aprovado pelo Plenário do CONARQ, dentro de dois anos será feita uma revisão,
55 incorporando as alterações apresentadas nesse período. Comunicou que exemplares do
56 Dicionário serão enviados a universidades, arquivos e outras instituições da área,
57 acompanhados de uma correspondência solicitando sugestões e que as mesmas sejam
58 encaminhadas ao CONARQ, para que o Plenário, em sua primeira reunião de 2007,
59 aprove as alterações sugeridas, se for o caso, e em sua última reunião, do mesmo ano, se
60 possa lançar a 2ª edição dessa importante publicação, a qual será também incluída na

61 página web do Arquivo Nacional como publicação virtual. Continuando, o presidente
62 fez um relato sobre os contatos mantidos com a Secretária Executiva da Casa Civil, Dr^a
63 Erenice Alves Guerra a propósito dos problemas e dificuldades criados em decorrência
64 da edição do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002, (editado no governo
65 Fernando Henrique, para entrar em vigor 45 dias após, já no Governo Lula) da
66 revogação de dispositivos legais que regulamentavam até então o acesso aos
67 documentos públicos sigilosos, bem como da edição de novos dispositivos legais –
68 Medida Provisória nº 228, de 9 de dezembro de 2004, Decreto nº 5.301, de 9 de
69 dezembro de 2004, e Lei nº 11.111 de 5 de maio de 2005, regulamentando,
70 equivocadamente, a matéria, uma vez que incluiu comandos conflitantes com a
71 Constituição Federal e com a Lei de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Face ao
72 exposto, o presidente falou à Secretária Executiva sobre a necessidade urgente de se
73 elaborar e encaminhar à Casa Civil nova proposta de legislação, ao que a Secretária
74 Executiva se manifestou, informando que, se a mesma fosse bem fundamentada, a Casa
75 Civil daria prosseguimento ao processo. A propósito, o Presidente sugeriu que, se o
76 Plenário estivesse de acordo, poder-se-ia constituir um grupo de trabalho pequeno para,
77 além de elaborar uma boa justificativa demonstrando que a Lei nº 11.111, de 2005, não
78 regulamenta corretamente a matéria, apresentar novo dispositivo legal sobre
79 documentos sigilosos que deverá contemplar questões já amplamente discutidas neste
80 Plenário, tais como criar novamente a Comissão de Acesso, incluir na regulamentação
81 os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e não apenas o Poder Executivo. Deverá
82 ainda incluir novos dispositivos entre outros a excepcionalidade das questões das
83 fronteiras, o que nos parece ser a questão nevrálgica da legislação. Definiu-se, então, a
84 composição do Grupo de Trabalho, que ficou assim constituído: Ismênia de Lima
85 Martins, Célia Maria Leite Costa e Daniela Francescutti Martins Hott. A primeira
86 reunião do Grupo foi agendada para o dia 26 de janeiro, às 10h00, e a entrega dos
87 trabalhos para o dia 31 de março. Pronto o texto da legislação, seria o mesmo
88 encaminhado eletronicamente aos Conselheiros para apreciação e, uma vez aprovado,
89 consolidando eventuais sugestões, será formatado como projeto de lei, e encaminhado à
90 Casa Civil para as providências cabíveis. Dando prosseguimento à pauta da reunião, o
91 presidente passou a palavra a Vitor Manoel Marques da Fonseca para fazer a
92 apresentação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE 1 . Iniciando
93 sua exposição, Vitor nomeou os membros da Câmara Técnica de Normalização da
94 Descrição Arquivística, e prestou algumas informações sobre o tempo que durou a sua

95 elaboração, três anos, tendo sido concluído no mês de setembro de 2005 e, sobretudo,
96 ressaltou a demora para que a NOBRADE 1 entrasse em Consulta Pública, bem como
97 as dificuldades financeiras para fazer face aos custos com passagens e diárias para
98 aqueles membros da Comissão que residem em outras cidades, fazendo com que as
99 discussões se fizessem, na maioria das vezes, utilizando-se e-mails. As reuniões
100 presenciais foram reduzidas ao mínimo indispensável à tomada de decisões.
101 Continuando, Vitor apresentou um histórico detalhado das normas de descrição, desde o
102 seu surgimento até os nossos dias, com destaque para a ISAD (G), em 1994, e ISAAR
103 (CPF), em 1996. Falou, ainda, de sua indicação para o Comitê de Normas de Descrição
104 do CIA e sua atuação, a partir daí, nas iniciativas para se criar as normas de descrição
105 em língua portuguesa, incluindo-se, dentre elas, a criação, em 2001, da Câmara Técnica
106 de Normalização da Descrição Arquivística (CTDA) do CONARQ, com o objetivo de
107 criar normas nacionais compatíveis com as internacionais, pois estas são muito amplas e
108 não resolvem todas as situações específicas de cada país. Relatou, então, as diversas
109 atividades desenvolvidas pela Câmara, a partir de sua instalação. Prosseguindo prestou
110 esclarecimentos sobre a elaboração e a estrutura da norma de descrição propriamente
111 dita, ou seja, da NOBRADE 1, e as novidades que a mesma apresenta. Continuando,
112 referiu-se às outras etapas de trabalho, importantíssimas, que deverão ser também objeto
113 de atividades normativas como, por exemplo, a questão do registro de autoridades e
114 diretrizes sobre pontos de acesso. A Conselheira Ismênia sugeriu que se deveria solicitar
115 às instituições que já estão aplicando a NOBRADE um retorno sobre os resultados
116 obtidos na prática, com o objetivo de formar uma massa crítica. Vitor concordou e
117 acrescentou que, com a NOBRADE na página web do Arquivo Nacional, abre-se um
118 canal de divulgação e criam-se polos de discussão. Vitor e Célia julgam que o
119 importante é que as sugestões sejam coletivas, sejam elas de uma instituição, de um
120 estado, de um município etc. O presidente sugeriu, então, para dar maior divulgação à
121 norma, independentemente da consulta pública na página do Arquivo Nacional, a
122 promoção de oficinas em cada região geográfica do país, a serem ministradas por
123 membros da Câmara Técnica, conhecedores, portanto, da NOBRADE 1. Assim,
124 escolhido em cada região um estado e uma instituição para dar suporte à oficina, os
125 demais estados e instituições daquela região enviariam seus servidores para participar,
126 por 2 ou 3 dias, da oficina de treinamento. O Arquivo Nacional forneceria os textos da
127 ISAD, ISAAR e NOBRADE, e arcaria com as despesas de passagens e diárias dos
128 monitores. O presidente sugeriu, ainda, que as oficinas fossem antecedidas de um

129 encontro com os monitores para unificar a metodologia e a orientação a ser prestada.
130 Sugeriu-se, também, que as instituições envolvidas com esse trabalho colocassem a
131 NOBRADE em suas páginas web. Concluída a apresentação da norma, o presidente
132 solicitou ao Vitor que transmitisse aos membros da CTDA seus cumprimentos pelo
133 trabalho realizado. Acrescentou que, recentemente, em reunião na Colômbia sobre a
134 Memória do Mundo, os diretores de arquivos nacionais de outros países, não só do
135 Mercosul, manifestaram sua expectativa relativamente às normas de descrição do Brasil,
136 para delas se apropriarem, na medida do possível, pois nenhum país avançou na
137 elaboração de normas nacionais de descrição, de modelagem de requisitos para
138 documentos eletrônicos, de preservação e segurança em arquivos. Esses países ficam
139 aguardando que essas normas saiam no Brasil para adotá-las. Mencionou, por exemplo,
140 a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital que é seguida pelo Chile,
141 Cuba e outros países, uma vez que nenhum outro dispõe de documento similar.
142 Informou, ainda, que há uma proposta de se criar, via UNESCO, um grupo de
143 normalização para o Mercosul. Assim, irá a Brasília, na próxima semana, para manter
144 entendimentos com a representação da UNESCO no Brasil e verificar as possibilidades
145 de suporte que aquela instituição pode oferecer, para que representantes do Brasil, do
146 Chile, da Bolívia, do Uruguai, do Paraguai, possam se reunir, provavelmente em junho,
147 no Uruguai, em data ainda a ser definida, com o objetivo de se criar uma conjunto de
148 normas que sirvam ao bloco do Mercosul. A UNESCO está interessada em patrocinar
149 essa atividade, envolvendo normas de descrição, de preservação do patrimônio digital e
150 outros documentos que estejam sendo produzidos no Brasil. A propósito dessa liderança
151 do Brasil na América Latina, a Prof^a Ismênia deu seu testemunho sobre as importantes
152 contribuições do país na área de arquivos, destacando o prestígio pessoal de Jaime
153 Antunes e de Vitor Fonseca junto à comunidade internacional. Pedindo a palavra, Vitor
154 informou ter recebido correspondência da recém-criada Seção de Normas Profissionais
155 e Melhores Práticas do CIA, que reuniu o Comitê de Normas de Descrição, o Comitê de
156 Avaliação, e o antigo Comitê de Documentos Eletrônicos. Qualquer pessoa pode
157 integrar essa Seção, bem como Associações de Arquivistas filiadas ao CIA, Arquivos
158 Nacionais e estaduais. No momento estão trabalhando com iniciativas na área de
159 avaliação, de descrição e, agora, com uma norma sobre funções e atividades. Esta Seção
160 está aberta a todo tipo de norma. Pessoas interessadas podem apresentar propostas de
161 normas a serem desenvolvidas ou acompanhadas pela Seção, uma vez que quaisquer
162 normas, mesmo que resultantes de trabalhos de uma determinada instituição, para

163 receber status internacional, têm que passar pela referida Seção que as submete ao CIA.
164 A idéia é estreitar os contatos com todas as instituições da área para divulgar essa
165 iniciativa. Sugere que o Arquivo Nacional o faça em sua página web, a exemplo da
166 Associação Latina-Americana de Arquivos-ALA. Continuando, o presidente e a
167 conselheira Ismênia fizeram um relato sobre a reunião, ocorrida na Colômbia, para
168 tratar do programa Memória do Mundo da UNESCO. Em decorrência desse relato,
169 desencadeou-se ampla discussão sobre a questão do tombamento de acervos
170 arquivísticos públicos pelos órgãos de patrimônio, em nível nacional, estadual ou
171 mesmo municipal, provocada pela conselheira Ana Maria Camargo, uma vez que tal
172 prática contraria a função precípua dos arquivos, qual seja, a guarda, a gestão e a
173 preservação do patrimônio arquivístico público, bem como a garantia do direito dos
174 cidadãos de acesso às informações. A propósito, a Conselheira Francisca Helena
175 esclareceu que, na sua opinião, a questão do tombamento de documentos de arquivo tem
176 sua origem na visão equivocada dos órgãos de patrimônio sobre o papel e as funções
177 dos arquivos, sejam eles públicos ou privados. Assim, sugeriu que o CONARQ, por
178 correspondência ou outro meio de comunicação dirigido aos órgãos de patrimônio
179 estaduais e municipais, promova uma campanha de esclarecimento, definindo o que é
180 documento público, quais as categorias de valor que os caracteriza, bem como divulgue
181 a legislação arquivística brasileira em contraponto com a legislação sobre patrimônio. A
182 conselheira Ismênia, igualmente contrária ao tombamento, sugeriu, também, que fosse
183 incentivada, junto aos Governos estaduais e municipais a criação de sistemas de
184 arquivos com vistas à implementação de políticas públicas estaduais ou municipais,
185 objetivando, com essa iniciativa, impedir o tombamento indesejável e inoportuno de
186 acervos arquivísticos que hoje condenamos. Em seguida, o conselheiro Manuel
187 Domingos apresentou reflexões sobre o conceito de patrimônio histórico, que julga
188 defasado no Brasil, e o conceito de patrimônio da humanidade que, no seu
189 entendimento, deve ser considerado apenas como valor simbólico puro, para chamar
190 atenção, para valorizar, no caso, os acervos arquivísticos. Concluiu, sugerindo que o
191 CONARQ e o IPHAN criem mecanismos de aprimoramento do conceito de
192 “patrimônio”, visando, entre outros resultados, melhorar a situação dos arquivos no
193 país. A senhora Mônica Muniz Melhem, representante do IPHAN na Comissão Técnica
194 de Avaliação para declaração de acervos privados de interesse público e social, que
195 participará da apresentação de trabalhos agendados para o período da tarde, prestou
196 igualmente informações referentes à matéria. Nesse momento, a sessão da manhã foi

197 encerrada para almoço. Por volta das 14h00, o presidente deu início à sessão da tarde da
198 39ª reunião plenária do CONARQ, procedendo a leitura da agenda programada. Passou,
199 em seguida, a palavra a Beatriz M. Monteiro, que prestou esclarecimentos sobre a
200 demanda encaminhada ao CONARQ pelo Ministério Público do Estado de São Paulo
201 para declarar o acervo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo-IHGSP de
202 interesse público e social. A proposição foi encaminhada por ofício, datado de 20 de
203 julho de 2005, do promotor de Justiça Dr. Carlos Alberto de Sales, da 3ª Promotoria de
204 Justiça do Meio Ambiente da Capital, do Ministério Público do Estado de São Paulo,
205 acompanhado de uma Ação Pública Civil. O autor dessa ação é o Sr. Roberto Machado
206 de Carvalho, ex-presidente do Instituto, que entrou com uma medida cautelar, em 2004,
207 requerendo uma liminar para impedir a realização de um leilão de peças do acervo do
208 Instituto, contrariando as finalidades e o estatuto social da entidade. Na ocasião, mesmo
209 o Instituto alegando não haver bens a serem leiloados, instaurou-se um inquérito civil.
210 Apurou-se, então, a existência de irregularidades administrativas envolvendo a
211 presidente do órgão, o Secretário-Geral e a Diretoria. A diretoria renunciou logo depois
212 de ser eleita, mas manteve a presidente, que convocou novas eleições para todos os
213 cargos exceto o de presidente da entidade. A Promotoria promoveu uma vistoria no
214 Instituto, e o laudo técnico de avaliação do acervo, apresentado por um assistente
215 técnico, que, por amostragem, relacionou parcela do acervo a fim de demonstrar sua
216 importância histórica e cultural, bem como de seu estado de conservação. Resumindo, a
217 ação solicita, por liminar: a nomeação de um administrador provisório designado pela
218 Secretaria de Cultura do Estado, para proceder à atualização dos cadastros dos bens,
219 indicando os não localizados, proibindo a venda, o empréstimo, a locação ou doação e,
220 posteriormente convocar novas eleições. Assim, considerando a situação de
221 anormalidade por que passa o IHGSP, o presidente do CONARQ informou sobre o
222 ofício que encaminhou ao Sr. Promotor, esclarecendo sobre a impossibilidade de nossa
223 Comissão Técnica de Avaliação instruir parecer enquanto a Ação Pública Civil não for
224 concluída e o IHGSP não voltar à normalidade de suas atividades para viabilizar a
225 elaboração de seu parecer técnico. Informou, também, que, se indicada, a declaração de
226 interesse público e social, só recairá sobre o acervo arquivístico do Instituto, uma vez
227 que o acervo do IHGSP é constituído também de peças museológicas, como quadros,
228 mobiliários, louças, relógios, objetos pessoais. Passou-se, em seguida, à apresentação do
229 parecer relativo ao reconhecimento do acervo arquivístico Tempo Glauber, com a
230 leitura do referido parecer por Beatriz M. Monteiro, presidente da Comissão Técnica de

231 Avaliação. Esse parecer fará parte integrante desta ata. Concluída a leitura do parecer e
232 feitos os acertos sugeridos pelos Conselheiros, a proposta de declaração de interesse
233 público e social do arquivo privado do cineasta Glauber Rocha, de caráter permanente,
234 foi aprovada. Para se evitar demora no andamento do processo correspondente, far-se-á
235 um extrato da ata desta reunião, a ser incluída no processo, para que possamos enviar
236 ofício à Casa Civil, solicitando, de uma só vez, a edição dos decretos do Presidente da
237 República, declarando de interesse público e social os acervos da Companhia Cervejaria
238 Brahma, da Companhia Antártica Paulista e da Associação Brasileira de Educação, já
239 aprovados em reunião anterior, juntamente com o do acervo do cineasta Glauber Rocha.
240 O presidente agradeceu a colaboração da Comissão Técnica da Avaliação. Em seguida,
241 a secretária Marilena informou que acabara de receber um telefonema de Paulo Elian,
242 programado para apresentar trabalhos da Câmara Setorial de Arquivos Médicos no final
243 desta sessão, justificando sua ausência e pedindo desculpas por isso aos Conselheiros,
244 em virtude dos preparativos de sua posse, amanhã, dia 6 de dezembro, para o cargo de
245 Vice-Diretor de Programas e Ações Estratégicas da Casa de Oswaldo Cruz. Informou,
246 ainda, que o Parecer sobre a guarda e destinação de prontuários médicos, por cessão de
247 atividades: instituições públicas e privadas, já aprovado com alterações em reunião
248 anterior, seria reencaminhado aos Conselheiros com as alterações consolidadas,
249 acompanhado das Moções e Recomendações do I Encontro de Arquivos Médicos. A
250 propósito, a Conselheira Ismênia, depois de tecer elogios ao evento, propôs um voto de
251 louvor aos seus promotores, e ao Paulo Elian em particular, pelo êxito absoluto do I
252 Encontro de Arquivo Médicos, que funcionou, na verdade, como um mini curso, um
253 treinamento, uma interiorização de questões importantes para profissionais da rede
254 privada. Em prosseguimento à agenda de trabalho, o presidente passou a palavra a
255 Cláudia Lacombe, Margareth Silva e Carlos Ditadi. Iniciando sua exposição, Cláudia
256 Lacombe informou sobre o andamento da norma que trata dos requisitos para sistemas
257 eletrônicos de gestão de documentos, ainda em elaboração na Câmara Técnica de
258 Documentos Eletrônicos, bem como sobre o Glossário de termos de documentos
259 eletrônicos, também em fase de elaboração. Continuando, deu início à apresentação da
260 minuta da resolução, que estabelece diretrizes para a transferência ou recolhimento de
261 acervos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas públicas. Em decorrência da
262 complexidade da matéria, procedeu-se à leitura, item por item, da minuta da resolução.
263 As sugestões foram sendo apresentadas no decorrer das discussões, que perduraram por
264 toda a tarde e continuaram pela manhã do dia 6 de dezembro, avançando na

265 programação da 40ª Reunião Plenária. Em decorrência do avançado da hora, foi
266 encerrada a sessão às 18 horas.